



## POLÍTICAS PÚBLICAS: A AGRICULTURA FAMILIAR COMO PILAR DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Juliana Dias Pinto<sup>1</sup>  
Tainara do Amaral Pereira da Silva<sup>2</sup>  
Tamara Caliandra Quadros Rabuske<sup>3</sup>  
Maria Alice Canzi Ames<sup>4</sup>

**Resumo:** Este resumo apresenta reflexões a partir de uma vivência de estágio no componente de Gestão Escolar, com foco na importância da agricultura familiar como parte da política pública de alimentação escolar. Durante o estágio realizado, foi possível observar como os alimentos oferecidos na merenda escolar estão diretamente ligados à produção local, contribuindo para uma alimentação mais saudável, diversificada e sustentável. A observação feita na escola demonstrou um cardápio equilibrado, com frutas, hortaliças, grãos e raízes (batata e mandioca), produzidos por agricultores da região. A preparação dos alimentos segue orientações nutricionais e é realizada por profissionais capacitados, o que garante qualidade e aceitação por parte dos alunos. Além de melhorar os hábitos alimentares das crianças, essa prática fortalece a economia local, estimula práticas sustentáveis e promove o vínculo entre escola e comunidade. A experiência evidenciou que a alimentação escolar vai além da oferta de alimentos: trata-se de um direito e de uma estratégia pedagógica para formar hábitos saudáveis desde a infância. A articulação entre políticas públicas, agricultura familiar e gestão escolar eficiente é fundamental para o sucesso da alimentação escolar. A observação realizada exemplifica como o cumprimento da legislação, aliado ao compromisso da equipe escolar, pode garantir refeições de qualidade. A agricultura familiar, amparada por lei, é responsável por fornecer, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse percentual, garantido por lei federal, reforça o papel do Estado na valorização do pequeno produtor e na promoção da segurança alimentar no ambiente escolar. A Constituição Federal reconhece, no artigo 6º, o direito à alimentação como um dos direitos sociais básicos, isso significa que todos devem ter acesso a alimentos adequados, quando a escola se compromete a comprar da agricultura familiar, ela ajuda a transformar esse direito em realidade, garantindo

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Ciências Biológicas- Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *campus* Cerro Largo, bolsista FAPERGS, contato: [juliana.pinto@estudante.uffs.edu.br](mailto:juliana.pinto@estudante.uffs.edu.br)

<sup>2</sup> Acadêmica de Pedagogia- Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *campus* Cerro Largo, contato: [tainaraamaralamaral@gmail.com](mailto:tainaraamaralamaral@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharela em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - Fema. Pós Graduada em Direito Civil e Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi. Contato: [tamaraquadros@hotmail.com](mailto:tamaraquadros@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *campus* Cerro Largo. Contato: [maria.ames@uffs.edu.br](mailto:maria.ames@uffs.edu.br)



refeições mais próximas da cultura local e livres de ultraprocessados. O olhar sobre a agricultura familiar dentro da escola revela como uma política pública bem aplicada pode gerar impactos positivos na vida dos estudantes e na sua comunidade na qual vivem, criando um ciclo de aprendizado, saúde e valorização do trabalho local que ultrapassa os muros da escola e transforma realidades.

**Palavras-chave:** Nutrição escolar. Alimentação saudável. Gestão Escolar.

**Categoria:** Ensino.